

Fragmentos de uma Ditadura: Dos Traumas da Violência Anticomunista ao (re)Aparelhamento do Estado¹

Lorena D. Herédias²

Resumo

O século XXI assiste à reciclagem de uma comunidade de sentido a partir de um imaginário anticomunista preexistente, articulada por meio dos resquícios simbólicos de mais de um século de perseguição aos ‘subversivos’ e da não reparação histórica daqueles violentados por um regime ditatorial que tinha no anticomunismo a sua ideologia justificadora. Nessa ‘releitura’ do anticomunismo e nas suas implicações para a história política brasileira, este artigo reflete sobre os (inter)ciclos anticomunistas mais recentes, desde as permanências do imaginário até as formas mais específicas do anticomunismo no século XXI. Os desdobramentos da argumentação passam por um breve recobrimento do anticomunismo tradicional e por uma discussão sobre as características do ‘novo’ anticomunismo brasileiro, tais como o revisionismo histórico em torno da ditadura e as relações entre ‘marxismo cultural’ e antiglobalismo. Foi utilizada uma base bibliográfica respaldada particularmente em Lená Menezes e Rodrigo Motta e foram utilizadas como fontes primárias a produção de ideólogos da extrema direita, como Olavo de Carvalho e Ernesto Araújo, e discursos de Bolsonaro e do coronel Ustra. Notou-se a permanência de falsos binarismos como comunismo/totalitarismo x liberalismo/democracia, que possibilitam o apoio a políticas excludentes e a líderes e governos antidemocráticos em nome de uma pretensa defesa da ‘liberdade’ em oposição às ‘tirantias’ comunistas. Essa ideia é revisitada no século XXI na forma de ‘marxismo cultural’, que seria a nova apresentação do ‘marxismo econômico’, mas seria

¹ Este artigo é parte dos resultados da minha dissertação de Mestrado ‘Os muitos tons do inimigo vermelho: As reconfigurações contemporâneas do anticomunismo no Brasil (1990–2020)’, defendida em agosto de 2021, sob orientação do Prof. Dr. Adriano de Freixo.

² Mestre em Estudos Estratégicos pela Universidade Federal Fluminense (UFF); e pesquisadora no Laboratório de Estudos sobre Política Externa (LEPEB/UFF). E-mail: lorenaheredias@id.uff.br

também uma ‘ideologia totalitária’ por desejar impor uma sociedade sem hierarquias, implementada por um Estado centralizador e controlador.

Palavras-chave: anticomunismo, marxismo cultural, extrema direita, ditadura, Estado militar

Considerações Iniciais

Com o fim da ditadura e da Guerra Fria, as velhas cisões ideológicas inerentes a elas pareciam ter ficado para trás, entretanto o anticomunismo, ideologia justificadora de ambas, não sofreu um fim, mas uma inflexão própria do imaginário. Desde a década de 1990 e mais incisivamente nos fins da década de 2000 em diante, sobretudo quando se viram em situação de risco, grupos se articularam e lançaram à luz as já antigas representações do comunismo (sistema corrupto, totalitário, violento) e as novas narrativas associadas (‘marxismo cultural’, ‘globalismo’, ‘ideologia de gênero’, ‘países comunistas que fracassaram’).

Eventos como as Jornadas de Junho, a operação Lava Jato, a forte oposição midiática contra os governos petistas, o golpe contra a presidenta Dilma Rousseff e a eleição de Jair Bolsonaro deixaram à mostra um anticomunismo extemporâneo que, mais uma vez, une diversos setores em torno da ideia-força de que a ‘nossa bandeira nunca será vermelha’ (Motta, 2017). Assim, o inimigo não teria ficado para trás, mas tão somente a sua faceta ‘Che Guevara’, abertamente revolucionária, guerrilheira. Nesses novos tempos, o inimigo teria o rosto de Gramsci e atuaria com a concepção de que a marcha é longa e que, portanto, a luta seria no campo cultural.

Na sua (re)invenção, o ‘novo’ imaginário anticomunista é marcado por teorias conspiratórias sobre organizações esquerdistas que estariam cobrindo a América Latina e tem sustentação nas teses sobre o ‘marxismo cultural’. A compreensão do grupo passa pela ideia de que o ritmo da história estaria sendo guiado pelos marxistas, e não seria um movimento natural dos agrupamentos sociais (Pinto, 2019). O anticomunismo contemporâneo vê, nessa ótica, que os ‘comunistas’ teriam deslocado a luta do campo econômico para o cultural, pois seria lá o novo espaço em que *e/es* estariam agindo após a Queda do Muro de Berlim.

A noção de ‘globalismo’ – um dos apêndices das teses do ‘marxismo cultural’ – seria, na visão de anticomunistas da extrema direita, um arranjo internacional da esquerda

composto por instituições, grupos e indivíduos que, metodologicamente, estariam impondo o comunismo no mundo. Em sua perspectiva, a globalização econômica teria sido ‘sequestrada’ pelos ‘comunistas’ no pós-dissolução da União Soviética e então teria surgido o ‘globalismo’ enquanto um reflexo do avanço ‘comunista’ sobre o campo cultural, como faz crer Ernesto Araújo (2019), ex-chanceler do governo Bolsonaro.

Assim, diante da reconfiguração do imaginário anticomunista e do seu reaparecimento como uma chave para se compreender a política brasileira hodierna, foi proposta, nesta pesquisa, uma reflexão sobre os (inter)ciclos anticomunistas mais recentes, desde as permanências do imaginário até as formas mais específicas do anticomunismo no século XXI. Os desdobramentos da argumentação passam por um breve recobrimento do anticomunismo tradicional e por uma discussão sobre as características do ‘novo’ anticomunismo brasileiro, tais como o revisionismo histórico em torno da ditadura e as relações entre ‘marxismo cultural’ e antiglobalismo. Foi utilizada uma base bibliográfica respaldada particularmente em Lená Menezes e Rodrigo Motta e foram utilizadas como fontes primárias a produção de ideólogos da extrema direita, como Olavo de Carvalho e Ernesto Araújo, e discursos de Jair Bolsonaro e do coronel Brilhante Ustra.

Das Permanências Anticomunistas

O ‘estar em crise’ de um período posterior a uma guerra traumática, carregado de ressentimentos, incertezas, violências, é terreno fértil para teorias da conspiração que dão caráter real e ordenado ao estado das coisas, explicam e dão sentido ao mundo. A proto-história do anticomunismo é marcada por esses traços pós-Grande Guerra e leva a duas reflexões: por um lado, nos anos de 1920 é desencadeada uma histeria coletiva engendrada por um sentimento de que haveria agentes vermelhos por toda parte, algo que toma grandes proporções na Guerra Fria; por outro, nessa mesma época os movimentos grevistas em ascensão e o surgimento de partidos comunistas intensificam o medo e as propagandas anticomunistas e legitimam a repressão (Menezes, 2019).

Iniciou-se, assim, a construção de uma retórica anticomunista que se difundiu no imaginário e, posteriormente, legitimou a ascensão de governos antidemocráticos no mundo, como foi no Brasil com a instauração do Estado Novo, em 1937, e a implantação da ditadura civil-militar, em 1964. Motta (2000), nessa esteira, discorre que o anticomunismo brasileiro

seria contínuo, embora existissem momentos com maior intensificação das suas atividades, e pontua três períodos centrais (ondas) ao longo do século XX no Brasil: 1) 1935 a 1937; 2) 1946 a 1948; e 3) 1961 a 1964. O primeiro e o terceiro períodos foram cruciais para que, uma vez assimilada a ameaça comunista, medidas repressivas fossem legitimadas contra os que seriam os inimigos da ordem, dos valores cristãos, da democracia, do mundo livre. Já o período pós-Segunda Guerra marcou a proscrição do Partido Comunista, o que vai de encontro aos discursos anticomunistas de comprometimento com a democracia, mas, para estancar o perigo vermelho em momentos críticos, era válido usar as armas que, supostamente, eram dos inimigos.

A 'Intentona Comunista' assinala o que seria a 'primeira onda anticomunista' no Brasil (1935-1937), visto que as narrativas gestadas em torno dela foram centrais na produção de sentidos do comunismo enquanto uma ameaça à ordem, à pátria, à família, uma vez que se saía do plano das ideias, um elemento estrangeiro distante, e se revestia de concretude. Já na 'segunda onda anticomunista' (1946-1948), sublinhada pelo pós-getulismo e pós-Segunda Guerra, a contraposição comunismo e democracia ficou mais evidente, uma vez criada a Constituição de 1946 e posta a relação profunda e recente que havia entre nazifascismo e autoritarismo (Motta, 2000).

Ali, começa a ser germinada e difundida a ideia da antítese comunismo *versus* liberdade, característica fundamental da Guerra Fria que vai ser assimilada por grande parte dos grupos anticomunistas brasileiros. A autorrepresentação de 'democrata sou eu e os meus amigos' foi conveniente para que se criasse, no imaginário, a noção de que todos os anticomunistas, inclusive os de princípios democráticos duvidosos, seriam defensores da democracia, ao passo que os comunistas seriam naturalmente contrários à esta. Essas percepções estão alinhadas, naturalmente, à Guerra Fria e, logo, às estratégias dos Estados Unidos de associar o comunismo ao nazismo, até mesmo pela identificação que os grupos anticomunistas brasileiros tinham com o 'Ocidente livre e cristão' (Motta, 2000).

A 'terceira onda anticomunista' (1961-1964) é um movimento anticomunista que antecede a ditadura que se instauraria em 1964 por militares e sustentada por civis (Motta, 2000). Após a tomada do poder, está a implementação de um terror contrarrevolucionário de Estado, muito pautado no anticomunismo, de modo que as forças populares fossem definidas

como inimigas e imobilizadas, as políticas reformistas fossem aniquiladas e medidas impopulares fossem empreendidas. Com o Golpe de 1964, o Estado viveu uma militarização dos seus aparatos, sendo construídas instituições e normas que respondessem às expectativas da Doutrina de Segurança Nacional (DSN) e, por extensão, ao maniqueísmo da Guerra Fria (Montenegro, 2020).

A Doutrina é uma chave de compreensão do regime autoritário que se seguiria no país, mas também de uma constelação de elementos que contribuíram para a instauração e o aumento da repressão do regime e a perseguição e eliminação do inimigo, como a relação entre comunismo e sexualidade. Brito (2020) busca em Comblin (1978) a perspectiva de que a regeneração moral da nação e os valores cristão-ocidentais estão sempre entre os objetivos nacionais daqueles que propagam e defendem a DSN. Isso explicaria o porquê terem sido tão disseminadas nas ditaduras latino-americanas as retóricas de crise moral e de necessidade de reedificar a moralidade da juventude, isto é, de controlar as emoções, os desejos e os corpos e fundar uma nova subjetividade.

Os seus estudos de Brito (2020) evidenciam características de um imaginário anticomunista que relaciona sexo, guerra e revolução, algo que se aproxima das críticas que Hebert Marcuse recebe atualmente dos defensores da existência de um 'marxismo cultural'. Inclusive, para anticomunistas que propagam o 'marxismo cultural', como William Lind (2008) e Robert Smith (2018), cunhar expressões como 'Make love, not war' e 'MARX, MAO, MARCUSE', muito comum nos muros de Paris durante o movimento de Maio de 1968, revelaria as verdadeiras intenções dos comunistas.

É interessante notar que, em seguida, precisamente nos desdobramentos da volta à 'democracia' e no arrefecimento do combate ao inimigo 'comunista', ocorreu, em dezembro de 1987, a XVII Conferência Interamericana de Exércitos. Nesse momento, começa a haver uma vinculação entre o 'marxismo cultural' e a nova esquerda, particularmente com as defesas de movimentos feministas, antirracistas e de defesa das minorias étnicas e de outras militâncias. Nessa esteira, o *lobby* militar na Constituinte conseguiu inserir, particularmente no artigo 142, um flanco constitucional para combater civis que participam de atividades políticas (Coelho, 2020). Compreende-se, dessa maneira, que, para além dos interesses de

manter o seu *status* e os seus privilégios, os militares já estavam pensando as novas formas de ação dos grupos ‘subversivos’, assentando-se desde já nas teses do ‘marxismo cultural’.

Dos Fragmentos de uma Ditadura Anticomunista ao (re)Aparelhamento do Estado

Nessa transição vivida no Brasil, não ter havido justiça, implementação de reformas institucionais profundas e reparação das vítimas e de seus familiares evidencia que memória e verdade sobre a ditadura foram negligenciadas, mas, mais do que isso, viraram objeto de disputa e de narrativa. O não acerto de contas com o passado e a permanência de heranças do período ditatorial, dentro desse cenário, além de deixar em aberto uma ferida histórica, não trabalha para arrefecer no imaginário social os mais de cem anos de construção do comunista como inimigo, como ‘perigoso’, ‘vil’ e ‘violento’. Continua-se, portanto, a ser alimentada a crença de que os militares salvaram o Brasil do comunismo por meio da ‘Revolução de 64’, à medida que se fortalece o discurso de que o perigo vermelho pairaria sobre os brasileiros na figura do Partido dos Trabalhadores (Camargo et al., 2020).

É comum, por exemplo, a associação feita entre a ex-presidenta Dilma e as suas atividades de guerrilha no período militar, omitindo a sua trajetória política, acadêmica e pessoal, ao mesmo tempo que se sinaliza o desprezo pelas violências que ela sofreu sob a guarda dos militares. Um dos exemplos mais explícitos que se pode trazer é a justificativa do voto a favor do seu *impeachment* feita por Bolsonaro³. Naquele momento, o então deputado federal emitiu uma fala que é atravessada por inúmeros respingos anticomunistas, e as relações que ele expôs estimulam a memória e fazem contraste à política de hoje, em uma tentativa de se construir uma teia discursiva objetivando evidenciar uma ponte entre o passado e o presente.

O primeiro ponto é quando Bolsonaro faz a comparação entre o que seriam duas derrotas (em 1964 e em 2016), ignorando as diferentes tradições de esquerda existentes.

³ ‘Nesse dia de glória para o povo brasileiro, tem um nome que entrará para a história nessa data, pela forma como conduziu os trabalhos nessa casa. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve. Contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff. Pelo Exército de Caxias, pelas nossas Forças Armadas, por um Brasil acima de tudo e por Deus acima de todos, o meu voto é sim!’

Nota-se uma insinuação na tentativa de associar o PT à esquerda armada dos anos de 1960 e 1970. Esse episódio é marcante nas memórias comunista e anticomunista, uma vez que representou a tacada final da desarticulação das esquerdas no país e a vitória dos militares.

O primeiro ponto desencadeia o segundo, que é a exaltação da memória, com a rememoração do 'Exército de Caxias' e a glorificação das Forças Armadas, instituição de tradicional envergadura anticomunista. Nessa linha, há a homenagem ao coronel Ustra, considerado culpado pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, em 2008, por tortura e sequestro executados na ditadura, mas sem punição ou pagamento de indenização às vítimas (Christofoletti, 2008), até o seu falecimento, em 2015.

Em 2013, em um depoimento à CNV, Ustra declarou que, se não fosse pelo combate ao comunismo, o Brasil seria um 'Cubão' e estaria sob um regime antidemocrático e afirmou ainda que 'estou aqui porque nós vencemos, nós lutamos pela democracia. E os nossos inimigos, os terroristas, foram eleitos pelo voto dentro da democracia que nós preservamos.' Essa declaração de que os seus inimigos estão no poder é uma associação à então presidenta Dilma, que também foi acusada, no mesmo depoimento, de ter sido integrante de quatro 'organizações terroristas' que teriam como objetivo final implantar a ditadura do proletariado e como objetivo intermediário 'derrubar os militares' (Ustra, 2013, p.5).

Na defesa do ídolo de Bolsonaro, há uma crença, muito compartilhada no imaginário social anticomunista contemporâneo, de que a democracia brasileira seria fruto da atuação dos militares, ou seja, as Forças Armadas teriam salvado o país de uma ditadura comunista. Toda essa argumentação apaga da história as violências cometidas pelo Estado militar contra setores da esquerda, mantém no imaginário o comunismo como inimigo e ainda associa o governo petista a atividades 'comunistas'. Em outras palavras, os traumas da ditadura não foram superados e o 'dever da memória' foi tratado com indiligência, fazendo com que ainda se relacionem os militares a um heroísmo, ao passo que os membros da esquerda, ou 'os comunistas', continuam a ser hostilizados e culpabilizados pelas atribuições do país.

Essa constatação é reafirmada quando se olham os eventos que marcaram, em 2021, os 57 anos do '31 de Março', data que consagra o início do golpe civil-militar de 1964. No dia 30 de março de 2021, o ministro da Defesa general Walter Braga Netto publicou uma ordem de serviço para celebrar o aniversário da 'intervenção' de 1964. A justificativa para

isso seria de que, diante do avanço de ideologias totalitárias e das instabilidades políticas, sociais e econômicas, ‘havia ameaça real à paz e à democracia’ e as Forças Armadas teriam assumido ‘a responsabilidade de pacificar o País’. Assim, entendendo o ‘movimento de 1964’ como parte da história brasileira, a sua celebração deveria acontecer. Observa-se, na ordem, a tentativa de enobrecer o legado militar na ditadura e preservar na memória a narrativa de que as Forças Armadas teriam livrado o país de um avanço comunista.

Um terceiro ponto a ser trazido para reflexão a partir da fala de Bolsonaro na votação pelo *impeachment* é a construção da dialética entre comunismo e liberdade, uma retórica que é filha não só da Guerra Fria, mas dos neoliberais e conservadores, como Hayek em *O caminho da servidão*, e que ainda ecoa nas narrativas anticomunistas. Se, nas ondas do século XX, já havia a projeção de que os regimes comunistas seriam contrários à democracia, imersos em pobreza e violências de Estado, ainda que fosse, por vezes, difícil questionar a sua prosperidade econômica e, menos ainda, determinar como seria o seu futuro, atualmente vincula-se comunismo a países ‘fracassados’, ‘antidemocráticos’, ‘pobres’, que serviriam de exemplo para o que o Brasil não gostaria de ser, como Venezuela e Cuba.

Essa busca contínua por desarticular qualquer organização, movimento e iniciativa de esquerda, desdobrando-se em movimentos extremos da direita, se aproxima da intenção de deixar no esquecimento a tradição revolucionária das esquerdas latino-americanas. Nesse sentido, o Foro de São Paulo, muito difundido na propaganda anticomunista como uma instituição de envergadura revolucionária, foi resultado, na verdade, de um esforço das esquerdas do continente em resistir às investidas neoliberais e à perda de espaço na disputa política, no início da década de 1990 (Melo, 2016).

O Foro, entretanto, é constantemente relacionado às forças guerrilheiras do século passado e ao crime organizado, em uma busca de evidenciar uma ameaça real à democracia e à liberdade no Brasil, em particular, e na América Latina, em geral, além de ‘explicar’ a suposta posição gramsciana e ‘totalitária’ do petismo. Essa narrativa conspiratória que relaciona não somente Foro-FARC-PT, mas que também insere outros movimentos sociais, como o MST, desemboca no governo Bolsonaro como uma espécie de ‘ideologia oficial’ e endossa a noção de ‘globalismo’.

No Brasil, Olavo de Carvalho foi o grande difusor dessa representação desde os anos de 1990, com inúmeros textos sobre o tema publicados na grande mídia ao longo das últimas duas décadas. Em uma publicação de setembro de 2009 no *Digesto Econômico*, Carvalho afirma que o ‘globalismo’ seria um ‘processo revolucionário’ ambicioso que ‘abrange a mutação radical não só das estruturas de poder, mas da sociedade, da educação, da moral, e até das reações mais íntimas da alma humana. É um projeto civilizacional completo e sua demanda de poder é a mais alta e voraz que já se viu.’ Essa narrativa olavista ganhou espaço no governo Bolsonaro, especialmente com a indicação de Ricardo Vélez-Rodríguez para o Ministério da Educação, depois substituído por Abraham Weintraub, ex-aluno de Carvalho e difusor das ideias do guru. Mas tão importante quanto o aparelhamento desta pasta é o aparelhamento do Ministério das Relações Exteriores, deixado nas mãos de Ernesto Araújo, outro seguidor de Olavo.

O então chanceler, um dos ministros que saíram do governo Bolsonaro na reforma ministerial de março de 2021, publicou em 2020 em seu *blog Metapolítica 17: contra o globalismo* o texto *Chegou o coronavírus*. Ele afirma que ‘O Coronavírus nos faz despertar novamente para o pesadelo comunista. Chegou o Comunavírus.’ De acordo com Araújo (2020), a publicação *Vírus*, de Slavoj Žižek, deixaria claras as intenções dos marxistas de que o ‘globalismo’ seria uma substituição do socialismo enquanto uma etapa para se chegar ao comunismo e, nessa perspectiva, estaríamos então vivendo a transição para o comunismo. Em sua ótica, haveria uma apropriação da pandemia para avançar o plano comunista de construir uma nova ordem mundial, subverter os valores e a democracia liberal e escravizar e extrair do indivíduo a sua espiritualidade.

Chamado à Comissão Parlamentar de Inquérito da covid-19, em 18 de maio de 2021, Araújo rejeitou ter feito ataques à China no artigo, muito embora a própria expressão ‘comunavírus’ tenha semente no ‘China virus’, termo este difundido, segundo Reja (2021), pelo ex-presidente Trump. Essa noção de que a China estaria desencadeando uma ‘guerra química’ e teria criado o vírus em laboratório, espalhando-o ao redor do mundo, como sugere Bolsonaro e afirma Paulo Guedes (Coletta, 2021), faz uma recuperação metafórica de representações comuns ao imaginário social. Isso porque se aproxima da mitificação, já difundida durante a Revolução Russa, de que o comunismo é uma peste, uma doença que

aflige o mundo e que deve ser combatida, além de trazer à tona os antigos temores do avanço do ‘Oriente’ sobre o ‘Ocidente’.

Diante disso, o que se observa é que as problemáticas em torno desse anticomunismo contemporâneo, naturalmente, transbordam as fronteiras do privado e se assentam como política de governo. O aparelhamento do MRE, deixado nas mãos de Ernesto Araújo, é algo que salta aos olhos quando se pensa na infiltração ideológica da extrema direita no aparato estatal. E isso é injetado, também, por meio de narrativas como ‘globalismo’ e ‘marxismo cultural’, que estimulam um estado de irrealidade em que, ao fim e ao cabo, deslegitimam ideais contrários, minam valores democráticos e engendram uma ‘guerra cultural’.

Propostas de Reflexão

O anticomunismo contemporâneo é fruto de permanências e reconfigurações do imaginário junto com uma manipulação dos símbolos que cooptam indivíduos ao grupo e direcionam o seu comportamento. Leituras enviesadas do conceito de ‘totalitarismo’ também colaboraram, por um lado, para que grupos com credenciais democráticas duvidosas continuassem a se projetar como os verdadeiros defensores da democracia, perpetuando a ‘ameaça comunista’ como justificativa para golpes políticos, e, por outro, para manter aliados da arena política justamente aqueles que procuram ampliar e aprofundar a democracia.

Percebe-se que o imaginário é transpassado por representações anticomunistas inerentes à Guerra Fria, um apelo aos gritos de ordem militar e um combate a um inimigo que não necessariamente está nos moldes do século XXI, mas estereotipado nos revolucionários da esquerda latino-americana da década de 1960. Nesse sentido, o embate pela memória que se acentua no governo Bolsonaro, a fim de omitir fatos da ditadura e (des)construir a memória pós-64, é também uma estratégia política que visa ‘mobilizar o sentimento de vitimização na sociedade e a construção de um inimigo a ser combatido, materializado em seus adversários políticos de esquerda’ (Camargo et al., 2020, p.80).

Nota-se ainda que, enquanto o ‘marxismo cultural’ serviria para justificar que a sociedade estaria sendo tomada por novas formas de dominação marxista, o ‘globalismo’ aparece como base do argumento de que a globalização apresentava resultados perversos porque estaria sendo controlada pelos ‘comunistas’. Sugere-se que ‘marxismo econômico’ e ‘marxismo cultural’ seriam ‘ideologias totalitárias’ por desejarem impor uma sociedade sem

hierarquias, implementada por um Estado centralizador e controlador. Dentro disso, o inimigo ‘comunista’ não é mais entendido apenas como algo ou alguém a ser combatido somente no plano econômico, militar ou político *stricto sensu*, mas também – e primordialmente – no campo da cultura, sendo a sua eliminação condição fundamental para o reestabelecimento da ‘ordem das coisas’.

É nesse sentido que se constroem narrativas baseadas em dicotomias como comunismo/totalitarismo x liberalismo/democracia, que possibilitam, inclusive, o apoio a políticas excludentes e a líderes e governos antidemocráticos em nome de uma pretensa defesa da ‘liberdade’ em oposição às ‘tirantias’ comunistas. Sustentando-se como uma teoria da conspiração e a partir de um imaginário anticomunista pré-existente, a ideia de um ‘marxismo cultural’ atua como um instrumento para traçar representações dos ‘comunistas’, entra para os jogos tradicionais do poder, embasa as razões para excluir de vez a esquerda do jogo político e justifica a repressão contra qualquer um que seja minimamente identificado com o ideário ‘esquerdista’.

Referências

- Araújo, E. H. F. (22 abr. 2020). Chegou o Comunavírus. *Metapolítica 17: Contra o globalismo*. <https://www.metapoliticabrasil.com/post/chegou-o-comunav%C3%ADrus>
- Araújo, E. H. F. (30 mar. 2019). Pela aliança liberal-conservadora. *Metapolítica 17: Contra o globalismo*. <https://www.metapoliticabrasil.com/post/pela-alian%C3%A7a-liberal-conservadora>
- Brito, A. M. F. (2020). A subversão pelo sexo: Representações anticomunistas durante a ditadura no Brasil. *Varia Historia*, 36(72), 859–888
- Camargo, G. M., Moraes, P. R. B., & Rosa P. O. (2020). A (des)construção da memória sobre pós-1964 pelo governo de Jair Bolsonaro. *Cantareira*, 79–96. <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/40791/24165>
- Carvalho, O. de. (7 out. 2000). Socialismo e cara-de-pau. *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*. [Publicado originalmente em *O Globo*]. <https://olavodecarvalho.org/socialismo-e-cara-de-pau/>

- Carvalho, O. de. (set. 2009). A revolução globalista. *Sapientiam Autem Non Vincit Malitia*. [Publicado originalmente no Digesto Econômico]. <https://olavodecarvalho.org/a-revolucao-globalista/>
- Christofoletti, L. (10 out. 2008). Juiz condena Ustra por sequestro e tortura. *Folha de São Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1010200834.htm>
- Coelho, T. (16 jun. 2020). O tal “Poder Moderador” dos militares: A volta dos que não foram – II. *Outras Palavras*. <https://osdivergentes.com.br/outras-palavras/o-tal-poder-moderador-dos-militares-a-volta-dos-que-nao-foram-ii/>
- Coletta, R. C. (5 maio 2021). Em novo ataque, Bolsonaro sugere que China faz guerra biológica com Covid. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2021/05/em-novo-ataque-bolsonaro-sugere-que-china-faz-guerra-quimica-com-covid.shtml>
- Comblin, J. (1978). *A ideologia da segurança nacional: O poder militar na América Latina*. Civilização Brasileira.
- Estadão. (8 ago. 2019). *Bolsonaro exalta Ustra na votação do impeachment em 2016* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=xiAZn7bUC8A>
- Lind, W. S. (2008). What is cultural Marxism? *Maryland Thursday Meeting*.
- Menezes, L. M. de. (2019). *Tramas do mal: Imprensa e discursos de combate à revolução (1917-1921)*. Editora Ayran.
- Montenegro, D. M. (2020). Ultraliberalismo autoritário e o aprofundamento da dependência: O governo de extrema-direita no Brasil no contexto da crise latino-americana. In F. G. Faria & M. L. B. Marques (Org.), *Giros à direita: Análises e perspectivas sobre o campo líbero-conservador* (pp. 46-70). Sertão Cult.
- Motta, R. P. S. (2000). *Em guarda contra o perigo vermelhos: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)* [Tese de Doutorado em História Econômica, Universidade de São Paulo].
- Motta, R. P. S. (2017). Giro a la derecha e impeachment: La crisis política de Brasil. *Revista Política Latinoamericana*, (5), 1-9.
- Ordem do Dia Alusiva ao 31 de março de 1964. Brasília, 31 mar. 2021. <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/ordem-do-dia->

[alusiva-ao-31-de-marco-de-1964-](#)

[2021?fbclid=IwAR0VHBk3GVFlkTxwKsVoyTYTKGkoTQ3BAu_lyrY6mTxf1PDK6Vkec](#)

Pinto, E. C. (2019). Bolsonaro e os quartéis: A loucura com método. *Instituto de Economia (UFRJ)*, TD 006, (1-29).

Reja, M. (18 Mar. 2021). Trump's 'Chinese Virus' tweet helped lead to rise in racist anti-Asian Twitter content: Study. *ABC News*. <https://abcnews.go.com/Health/trumps-chinese-virus-tweet-helped-lead-rise-racist/story?id=76530148>

Smith, R. S. (2018). Cultural Marxism: Imaginary conspiracy or revolutionary reality? *Themelios*, 44(3). <https://www.thegospelcoalition.org/themelios/article/cultural-marxism-imaginary-conspiracy-or-revolutionary-reality/>

Ustra, C. A. B. [Depoimento à Comissão Nacional da Verdade]. In Comissão Nacional da Verdade. *Carlos Alberto Brilhante Ustra. Tomada de depoimento (transcrição)*. Audiência Pública em Brasília, 10 maio 2013. (Áudio e vídeo).